

A África nas ambiguidades da globalização

Adelino Torres¹

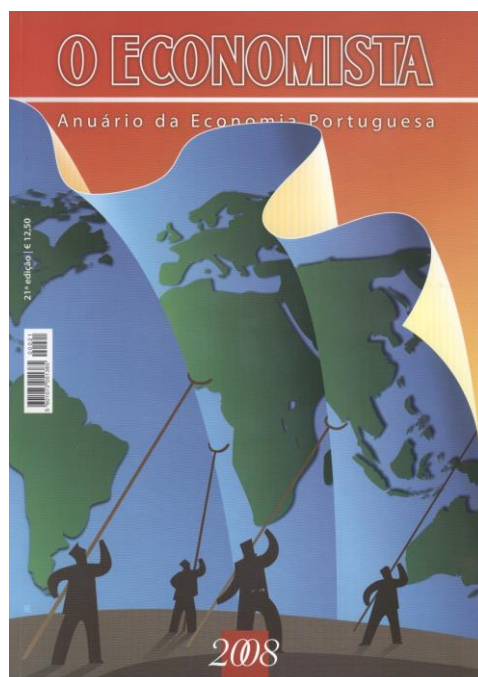
Artigo publicado em *O Economista-Anuário da Economia Portuguesa 2008*, da Ordem dos Economistas portugueses. Número de Outubro de 2008

As eleições recentes em Angola deram uma vitória esmagadora ao partido do Governo e são por muitos interpretadas como sendo provavelmente o início de uma nova era de desenvolvimento e de democracia em Angola. O optimismo é compreensível mas talvez ainda um pouco prematuro, dado que nem eleições, mesmo livres, são sinónimo de “democracia” (mas, quando muito, um indicador esperançoso), nem as taxas de crescimento, seja qual for a sua intensidade, se traduzem automaticamente em “desenvolvimento”, embora constituam em geral uma condição *sine qua non*.

É certo que os dois conceitos – crescimento acelerado e processo eleitoral bem sucedido - são sinais positivos a que não deve ser retirado mérito. Mas triunfalismos deste género são sempre prematuros e até maus conselheiros. Pelo menos a curto prazo.

Também é certo que Angola está numa situação que pode ser considerada privilegiada em relação à maioria dos países da África subsaariana, em especial pelas riquezas naturais de que o país é dotado e pelo interesse que o seu futuro desperta depois de décadas de guerra e de sofrimento.

Como outros países africanos, Angola luta pela sua afirmação económica, política e social tentando traçar um caminho para o desenvolvimento que se inscreve



¹ Professor Catedrático do ISEG (Universidade Técnica de Lisboa)

no quadro de uma economia mundial globalizada cuja dinâmica, transformação e destino é uma incógnita na hora actual, apesar do optimismo com que é anunciada no Sul a valorização dos preços do preço do petróleo, de vários produtos alimentares (milho, o arroz, etc.) e de outras matérias-primas, aumento cuja intensidade as instituições internacionais não puderam prever há apenas um ano atrás. É certo que essas instituições, como aliás muitos economistas, não têm igual quando anunciam o tempo que fez ontem. Lembremo-nos que ainda no verão de 2007 o Director-Geral do Banco de Pagamentos Internacionais anunciava euforicamente o início da “idade de ouro do capitalismo”, exactamente algumas semanas antes de eclodir a crise financeira dita das “*subprimes*” nos EUA cujos efeitos sobre a economia mundial não é de excluir que estejam ainda no início. Isso apesar da capacidade de intervenção das autoridades americanas, cujo pragmatismo deveria inspirar os governos europeus. Por muito liberal ou neo-liberal que o governo americano seja, a verdade é que não hesita em ir desenterrar Keynes ou deitar mão a uma planificação qualquer quando vê a casa a arder... Basta lembrar o mais recente episódio de quase-nacionalização pelo Estado americano dos dois grandes gigantes do financiamento do crédito à habitação, Fannie Mae e Freddie Mac... Ao consagrar 200 biliões de dólares a esse plano de salvação, o Estado faz desta operação a maior jamais realizada nos EUA. Estes organismos agora intervencionados vão assegurar mais de metade das necessidades de financiamento da economia, sem que ninguém – a começar pelos liberais - veja razões para protestar...

Note-se que não se trata de pagar as perdas dos actores privados com fundos públicos, o que em geral só encoraja esses actores a assumir, com impunidade, cada vez mais riscos à conta do contribuinte, mas de procurar soluções alternativas que dêem ao sector público o papel regulador que lhe deveria competir, como os EUA o demonstram quando é preciso, e que a Europa, na sua ânsia neófito neo-liberal desprovida de pragmatismo e, por vezes, até de bom senso, parece ter esquecido, de tal modo esmagou qualquer expressão de pensamento económico alternativo... Como observou recentemente Patrick Artus (*Globalisation: le pire est à venir*, 2008), o mimetismo na Europa “é a doença número um da Finança”. Pior ainda, esse mimetismo demasiadas vezes qualificado como “racional” tem, no fundo, muito pouca racionalidade...

Torna-se claro que a globalização se revela não tanto como o cimento unificador que aproxima os povos, segundo o pensamento redutor do Consenso de Washington, mas como uma formidável máquina de desigualdades que abre caminho à desordem. Mesmo Paul Krugman, 12 anos depois do seu estimulante *Pop Internationalism*, que os

franceses traduziram com o título bem mais sugestivo de *A mundialização não é culpada*, reconhece hoje que subestimou o impacto da globalização sobre as desigualdades.

É certo que as trocas favorecem o crescimento e que o nível de vida global melhorou com a abertura do comércio internacional, permitindo que cerca de um bilhão de pessoas saíssem da pobreza absoluta (mais de 400 milhões só na China) o que é positivo e até revolucionário. Não obstante, é cada vez mais evidente que, em contrapartida, se impõe a regulação dos fluxos financeiros, o controle mais severo, senão mesmo a interdição, dos chamados “paraísos fiscais”, esses antros de delinquência fiscal, e, de uma maneira geral, uma vigilância das “aventuras” esquizofrênicas da finança internacional de que a crise das “*subprimes*” é um exemplo, tal como o foi a crise asiática de 1997 que, meses antes de eclodir, mais uma vez o FMI foi incapaz de pressentir. Tais “aventuras” traduzem-se sistematicamente em ideias especulativas e acções irresponsáveis ditadas por uma ideologia que as instituições de Bretton Woods, com o FMI à cabeça, teimam em chamar “ciência”, o que suscitou comentários contundentes e fundamentados de, por exemplo, Jacques Sapir, Bernard Maris, Joseph Stiglitz (prémio Nobel da Economia) ou de Maurice Allais (prémio Nobel da Economia) entre muitos outros. Essas críticas são ainda mais evidentes se pensarmos nesses buracos negros da finança que são os fundos de investimento, os *hedge funds*, que podem, pela magia dos *offshores* e outros “paraísos fiscais”, ficar exonerados de qualquer obrigação fiscal e financiarem impunemente todas as operações obscuras que quiserem, incluindo o tráfico de droga ou de armas e o terrorismo internacional... O certo é que o capitalismo vai alegremente de bolha financeira em bolha financeiro com a ligeireza de uma inconsciência criminosa.

Por outro lado, tudo indica que a globalização marca o fim do monopólio do Ocidente sobre a história do mundo, inaugurando o século da “potência relativa” (P. Hassner). Pela primeira vez o Sul – esse conjunto de regiões que antigamente compunham o chamada “Terceiro Mundo” – representa metade da produção mundial, enquanto que os países emergentes asseguram o maior crescimento da economia. Em 2002 já Angus Maddison previa que no ano de 2025 os países emergentes representariam 65 por cento do PIB mundial. Estamos nesse caminho com mais rapidez ainda, tudo levando agora a crer, como observou P. Artus, que pelo menos dois grandes perigos espreitam no horizonte: a tirania e a anarquia, na medida em que a globalização

ultra-liberal desencadeou forças que ameaçam ser incontroláveis por não estarem submetidas a qualquer regulação, nem política nem económica.

Se a era pós-Bush vai alterar ou não essa perigosa tendência, é matéria que só o futuro revelará. Pior é difícil mas não impossível. Em todo o caso nada ou quase nada será como dantes nos cinco continentes.

Na América Latina, onde a criação de um novo “Banco do Sul” pretende substituir o Banco Mundial, e porventura o FMI, nesta região e noutras se o exemplo for seguido, sem falar dos rastilhos que Hugo Chavez, Evo Morales e outros estão a encarregar-se de colocar no terreno;

Na Ásia, onde a China cavalga uma taxa de crescimento que o FMI com toda a sua “ciência” e crónica falta de inspiração nunca imaginou possível;

Na Rússia, onde as circunstâncias políticas e geopolíticas parecem estar a despertar novos demónios, com a velha guarda estalinista a sair dos armários e das arcas congeladoras;

Em África, que, com a valorização dos preços das matérias-primas, vê finalmente surgir a sua maior oportunidade de desenvolvimento das últimas décadas, se tiver uma *governabilidade*, no sentido que Michel Foucault deu ao conceito (ou como se diz agora: “governança”) à altura das circunstâncias;

Na União Europeia, ameaçada de decadência se não encontrar a liderança que lhe falta para enfrentar não apenas os problemas políticos, militares e económicos, mas também – senão mesmo sobretudo – o dilema demográfico arrastado pelo envelhecimento acelerado das suas populações. Esse envelhecimento, que tem merecido apenas uma atenção distraída por parte dos políticos europeus, é provavelmente a questão mais dramática que a Europa enfrentará nas próximas duas ou três décadas, pois sem juventude não se vê como será possível pensar em inovação, em dinamismo económico e cultural, em progresso científico e até em mercado. Uma Europa rendeira, envelhecida e alquebrada, vivendo à custa da exploração da mão-de-obra estrangeira cada vez mais numerosa é praticamente inviável a longo prazo. A menos que deixe de ser a Europa que consta dos livros e que venha a ser uma Europa de maioria muçulmana, como J. C. Chesnais sugeriu desde 1995 (em *Le Crépuscule de l'Occident*).

Keynes dizia que “a longo prazo estaremos todos mortos”, o que é apenas meia verdade por duas razões: primeiro porque os nossos filhos, netos ou seus descendentes estarão vivos, embora, pelo rumo que estamos a seguir, não saibamos em que estado; segundo porque não há nenhuma razão histórica para deixar de lutar por um continente,

uma ideia e uma cultura cujos povos merecem muito mais do que os “pós-modernos”, “multiculturalistas” e outros relativistas pouco imaginativos ousam pensar...

Falou-se da oportunidade que o aumento dos preços das matérias-primas representa para África, continente que ao longo dos anos sofreu da deterioração dos termos de troca e que vê agora, com a valorização de muitos dos seus produtos, abrir-se uma nova janela de oportunidades. Todavia, se é certo que esta valorização é benéfica para alguns países, isso não significa que o seja para todos. Os produtores de petróleo ganham, mas a maioria nem sequer petróleo tem. E ninguém sabe se essas vantagens são duradouras, uma vez que o aumento das cotações das matérias-primas se deve, em grande parte, a movimentos especulativos de investidores que, devido à fraqueza do dólar e à inflação, viram nas matérias-primas e nos produtos alimentares um “valor refúgio”. Para além do mais, a oferta desses produtos é rígida enquanto que a procura tem tendência a aumentar se a actividade da economia se mantiver a um nível sustentável. Em todo o caso, no que se refere aos produtos alimentares em especial, uma tal especulação, sendo na lógica do sistema, não deixa de ser uma imoralidade vergonhosa.

Enfim, há poucas dúvidas que, numa economia globalizada como é a economia contemporânea, se os países desenvolvidos conhecerem uma grave recessão ou crise catastrófica, também os países em desenvolvimento do Sul acabarão por ser rapidamente atingidos. A globalização também releva do mero senso comum: estamos todos no mesmo barco, embora alguns sejam mais iguais do que outros, como disse sabiamente Orwell.

Para já, os analistas esperam que no 2º semestre de 2008 se assistirá a uma moderação dos preços das matérias-primas industriais – o petróleo já deu alguns sinais de diminuição relativa dos preços nas últimas semanas – devido, em parte, à desaceleração da economia mundial em relação a anos anteriores. Alguns calculam mesmo que os preços dos metais de base diminuirão de 1,5 por cento em 2008 e de cerca de 18 por cento em 2009. Quanto aos produtos alimentares, o preço do arroz poderá baixar em 2009 na medida em que os países exportadores abandonaram as restrições à exportação, aumentando deste modo a oferta mundial. Mas não é impossível que o aumento dos preços dos produtos alimentares provoquem ainda grandes fomes em África, a qual, devido aos programas de ajustamento estrutural ditados pelas instituições internacionais e à incompetência ou corrupção de governos africanos (sem falar de

casos extremos como o do Zimbabwe), viu muita da sua agricultura votada ao abandono desde os anos 1980. Recuperar desses erros não vai ser fácil nem rápido...

Não é ilógico pensar que a Europa e a Ásia poderão ainda juntar esforços para fornecer ao continente africano os meios do seu desenvolvimento, dando corpo ao sonho de Cheikh Anta Diop. Tal colaboração poderá fazer-se provavelmente em vários eixos:

Em primeiro lugar saindo do sistema do ajustamento estrutural do FMI que já demonstrou ser destrutivo, para pôr o acento tónico na saúde, na educação, e na qualificação e modernização da função pública;

Em segundo lugar implementando grandes projectos nas infraestruturas segundo três estratégias: a) criação de caminhos de ferro e de transportes do interior ao interior e de costa a costa, abandonando de vez o velho modelo colonial “interior-litoral”, ou seja unificando os mercados entre zonas interiores assim desenclavadas; b) abastecimento em água do lago Chade que nos últimos 50 anos perdeu 80 por cento da sua superfície. Tal restabelecimento permitiria travar a extensão do deserto, favorecendo mudanças climáticas e relançando a exploração de terras agrícolas numa significativa extensão geográfica; c) dando prioridade ao desenvolvimento da região do Mar Vermelhos e do Nilo, em particular Egipto e Sudão, considerando o seu potencial de recursos.

Estas estratégias necessitarão de consideráveis financiamentos internacionais de longo prazo (de 20 a 50 anos). É neste quadro que tem sentido falar de um “plano Marshall” para África. Impulsionados por esses projectos fundadores, os estados africanos poderiam favorecer, por arrastamento, projectos nacionais onde se enquadrariam o desenvolvimento do micro-crédito, a mobilização das mulheres, o incremento dos transportes interior-interior com consequências directas sobre os mercados regionais, a anulação da dívida africana, o estabelecimento, como foi proposto pelo Presidente do Senegal Abdoulaye Wade, de um seguro mundial sobre as epidemias internacionalmente transmissíveis, a fundação de um verdadeiro “comércio justo”, etc. Porém, ao mesmo tempo deverão ser finalmente tomadas medidas que regulem a “*mundialização financeiro*” como foi dito anteriormente, a qual é um dos obstáculos que ferem de morte a economia mundial.

Por agora a África continua a exportar produtos não transformados do sector primário, e essa falta de transformação tem muitas causas, entre as quais a burocracia plétórica, as infraestruturas deficientes e a corrupção que delas decorre em grande parte. Também é claro que enquanto as políticas agrícolas europeia e americana dependerem

das subvenções, a África não poderá contar com os mercados do norte para neles colocar os seus produtos, mantendo assim a decadência da sua agricultura e dificultando o desenvolvimento do continente.

Um último elemento que intervém na conjuntura africana actual é a presença da China em África em inúmeros sectores.

As mais importantes áreas de actividade da China em África são o sector mineiro e as obras públicas. No sector das matérias-primas o Sudão é o 2º fornecedor da China em petróleo. Mas esta actua também na exploração florestal (60 por cento da madeira africana é exportada para a China), na aquisição de terras no Zimbabwe e na criação de empresas chinesas de produtos agrícolas que, todavia, não aproveitam aos mercados locais na medida em que a sua produção é exportada para a China ou para mercados ocidentais. Este país participa igualmente nos mercados africanos de telecomunicações e do têxtil, sem fazer menção do pequeno comércio a retalho onde produtos baratos chineses inundam os mercados africanos.

Esta impressionante actividade tem porém levantado alguns problemas e inquietações: a China importa matérias-primas e exporta produtos manufacturados o que, a prolongar-se irá porventura fragilizar o tecido económico africano; a mão-de-obra chinesa trazida da China em circunstâncias pouco claras aliás, não oferece emprego aos africanos; em torno das matérias-primas exploradas desenvolve-se uma “economia rendeira” que apenas beneficia uma pequena elite africana; em nome do “crescimento” são negligenciadas questões ambientais que hipotecam o futuro de África; as relações bilaterais têm lugar, em geral, fora das regras internacionais e de maneira pouco transparente (taxas de juro gratuitas, papel das empresas chinesas em matéria de responsabilidade social, “esquecimento” de direitos humanos, etc.). Estas práticas também não deixam de criar dificuldades às empresas europeias. Esta procura de matérias-primas que não são inesgotáveis tem igualmente fortes repercussões sobre os mercados mundial fazendo explodir os preços.

Por enquanto a África tem obtido vantagens nas suas relações económicas com a China e terá encontrado, por essa via, novos recursos financeiros e uma oportunidade inesperada para realizar o famoso “*take off*” de que falava Rostow nos primórdios dos modelos de crescimento de há 50 anos atrás. Mas a passagem do Consenso de Washington ao Consenso de Beijing, apesar das suas aparentes vantagens temporárias e sem cair numa qualquer “teoria da conspiração”, comporta perigos a que a África

deveria estar atenta procurando autonomizar-se (da China como do Ocidente) tão rapidamente quanto possível aproveitando a actual conjuntura favorável.

Se a África deixar que a próxima década seja, mais uma vez, uma “*década perdida*”, é quase certo que não terá nova oportunidade durante muitos e muitos anos...

Adelino Torres

Setembro de 2008